As notices da MAS sobre due diligence de clientes

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Base legal e âmbito

O CDSA diz a todos o que não fazer. As obrigações preventivas das instituições financeiras encontram-se em um conjunto separado de regras emitidas pela MAS para cada setor. A mais conhecida é a MAS Notice 626 sobre prevenção da lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo para bancos. A versão vigente é datada de 28 de março de 2024 e entrou em vigor em 1º de abril de 2024. Emitida com base na seção 16 do Financial Services and Markets Act 2022, a lei examinada no Capítulo E.I, aplica-se a todos os bancos em Singapura. Notices paralelas aplicam-se a bancos de investimento (merchant banks), financeiras, seguradoras, intermediários do mercado de capitais, consultores financeiros, sociedades fiduciárias e prestadores de serviços de pagamento. Seu conteúdo é em grande parte idêntico, adaptado à atividade de cada setor.[12]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Cada notice vem acompanhada de diretrizes (guidelines) que explicam as expectativas da MAS e dão exemplos. As diretrizes não criam crimes, mas a MAS as usa como parâmetro em suas inspeções. Junto com os documentos informativos e as circulares que a MAS publica após revisões temáticas, formam um denso corpo de soft law. Seu peso prático é muito maior do que sugere seu status formal.

A notice foi alterada pela última vez com efeitos a partir de 1º de julho de 2025. Uma das mudanças foi uma nova definição segundo a qual toda referência à lavagem de dinheiro inclui o financiamento da proliferação.[3] A alteração respondeu à crescente atenção do GAFI ao financiamento de programas de armamento, um risco ao qual Singapura está exposta como polo de comércio e navegação. O Capítulo H.IV a examina em conexão com as sanções.

Quando a due diligence é exigida

A notice começa com uma proibição: nenhum banco pode abrir ou manter uma conta anônima ou uma conta em nome fictício. Quando um banco tem motivos razoáveis para suspeitar, antes de estabelecer um relacionamento, que os ativos de um cliente são produto de crime, deve recusar o negócio e fazer uma comunicação de operação suspeita. Em todos os demais casos, o dever de realizar due diligence de clientes surge em situações definidas. Aplica-se quando o banco estabelece relações de negócio com um cliente ou realiza uma operação acima de 20.000 dólares para uma pessoa que não é cliente existente. Abrange também qualquer transferência eletrônica doméstica e qualquer transferência eletrônica internacional acima de 1.500 dólares para essa pessoa. Qualquer suspeita de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo o desencadeia, assim como dúvidas sobre informações obtidas anteriormente. A lista abrange também operações com tokens digitais e transferências de valor para clientes eventuais (walk-in customers), qualquer que seja o valor.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Um banco que suspeite que um cliente está fracionando uma operação em valores menores para ficar abaixo desses limites deve tratar as operações como uma só.[4] Os limites em si são modestos. Importam pouco no private banking, em que todo cliente está em um relacionamento contínuo desde o primeiro dia, e muito mais na atividade das casas de câmbio e dos agentes de remessa.

A due diligence consiste em identificar o cliente e verificar a identidade com documentos confiáveis e independentes. O banco deve também identificar as pessoas físicas que atuam em nome do cliente, suas partes ligadas e seus beneficiários finais. Outro passo é compreender a finalidade e a natureza pretendida do relacionamento. A notice define o beneficiário final como a pessoa física que, em última instância, detém ou controla o cliente ou em nome de quem uma operação é realizada. Isso inclui qualquer pessoa que exerça o controle efetivo último sobre uma pessoa jurídica ou um arranjo jurídico (legal arrangement).[5] Para trusts, fundações e sociedades com várias camadas de participação, identificar essa pessoa é o cerne do exercício. É também onde o sistema é mais vulnerável, como mostrou a avaliação do GAFI.

Pessoas politicamente expostas e due diligence reforçada

Quando o risco é maior, as medidas simplificadas dão lugar a medidas reforçadas. A notice exige que cada banco tenha sistemas para determinar se um cliente, um beneficiário final ou uma pessoa que atua pelo cliente é uma pessoa politicamente exposta, ou um familiar ou colaborador próximo de uma. Um banco que participa do COSMIC, a plataforma de compartilhamento de informações descrita abaixo, deve levar em conta as informações que recebe por meio dessa plataforma. As funções públicas proeminentes incluem as de chefes de Estado e de governo, ministros, altos funcionários públicos, altos funcionários judiciais ou militares, altos executivos de empresas estatais, altos dirigentes partidários, membros do Legislativo e a alta administração de organizações internacionais.[6]

Para essas pessoas, o banco deve obter a aprovação da alta administração antes de estabelecer ou manter o relacionamento. Deve determinar a origem do patrimônio e a origem dos recursos por meios apropriados e razoáveis e deve submeter o

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

relacionamento a um monitoramento contínuo reforçado. A notice admite uma abordagem baseada no risco para pessoas politicamente expostas nacionais, para funcionários de organizações internacionais e para pessoas que deixaram o cargo. Retira essa flexibilidade quando o relacionamento apresenta um risco maior. As pessoas politicamente expostas estrangeiras que ainda exercem o cargo estão, portanto, sempre sujeitas ao regime reforçado completo. Para um centro de gestão patrimonial cujos clientes vêm em grande parte de países asiáticos em que as elites políticas e empresariais se sobrepõem, esta é uma das partes mais exigentes da notice.[7]

A origem do patrimônio e sua comprovação

A distinção entre origem do patrimônio (source of wealth) e origem dos recursos (source of funds) é central para o private banking. As Guidelines to Notice 626 definem a origem do patrimônio como a procedência de todo o patrimônio do cliente, inclusive o capital inicial que gerou o patrimônio posterior e eventuais doações recebidas. A origem dos recursos refere-se à procedência dos ativos específicos que são objeto do relacionamento. Um banco não pode limitar sua investigação à identificação da outra instituição da qual os recursos foram transferidos. Deve determinar a atividade que os gerou.[8]

As diretrizes esperam que o banco comprove essas informações, tenham sido recebidas pelo COSMIC ou de outra forma. Meios adequados incluem instrumentos de trust (trust deeds), comprovantes de salário, declarações de imposto, extratos bancários, demonstrações financeiras auditadas, visitas in loco, uma cópia do testamento no caso de uma herança e documentos de transmissão no caso da venda de um imóvel. As diretrizes acrescentam uma advertência tirada da experiência. Pressupostos e referências devem ajudar o banco a avaliar a plausibilidade do patrimônio de um cliente. Nunca devem ser usados para justificar explicações quando há motivos de suspeita. Quando uma fonte relevante do patrimônio não puder ser comprovada, o banco deve decidir se o risco residual é aceitável e que medidas adicionais tomar.[9]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Essas expectativas têm uma história. Antes mesmo de o caso 1MDB vir à tona, a MAS havia publicado em junho de 2014 um documento informativo sobre os controles no private banking. Ele descrevia como as instituições obtinham informações sobre histórico familiar, histórico de investimentos, atividades empresariais e carreiras profissionais, e como as verificavam com base em fontes públicas e documentos.[10] As penalidades de julho de 2025, discutidas no Capítulo E.VI, mostraram que muitas instituições haviam redigido esses procedimentos sem aplicá-los de forma consistente. As diretrizes revisadas respondem a essa experiência explicitando com mais detalhe o que significa a comprovação.

Equívoco comum

Supõe-se muitas vezes que o dever de due diligence termina quando o banco tem em arquivo um passaporte e uma conta de serviços públicos. A notice exige muito mais: a identificação dos beneficiários finais por trás de cada camada de sociedades e trusts, a compreensão da finalidade do relacionamento, o monitoramento contínuo e, para clientes de maior risco, a comprovação da origem de todo o patrimônio do cliente. Os documentos de identidade dizem ao banco quem é o cliente. O supervisor quer saber também como o cliente enriqueceu.

Transferências eletrônicas, registros e tokens digitais

A notice também implementa as regras do GAFI sobre transferências eletrônicas. Para transferências internacionais acima de 1.500 dólares, o banco ordenante deve incluir na mensagem de pagamento informações especificadas sobre o ordenante e o beneficiário. Para valores menores, basta um conjunto reduzido de informações. Um conjunto paralelo de regras para transferências de valor de tokens digitais aplica a mesma lógica aos criptoativos, que o Capítulo K.I examina.

As regras de manutenção de registros asseguram que os investigadores possam reconstruir o que aconteceu. O banco deve guardar as informações de due diligence e os arquivos de conta por pelo menos cinco anos após o fim do relacionamento. Os

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

registros de operações devem ser guardados por pelo menos cinco anos após sua conclusão, de forma que permita reconstruir cada operação como prova para uma persecução penal.[11]

Notas

1. MAS Notice 626, *Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism – Banks*, 28 de março de 2024, revisada pela última vez em 30 de junho de 2025, pars. 1.1–1.2. ↩
2. Sobre a série de notices AML/CFT da MAS para outros setores (inclusive a Notice 1014 para merchant banks, a Notice 314 para seguradoras de vida diretas, a Notice SFA04-N02 para intermediários do mercado de capitais, a Notice FAA-N06 para consultores financeiros, a Notice TCA-N03 para sociedades fiduciárias e a Notice PSN01 para prestadores de serviços de pagamento), ver o site da MAS, seção "Anti-Money Laundering". ↩
3. MAS Notice 626, 28 de março de 2024, revisada pela última vez em 30 de junho de 2025, par. 2.1, nota de rodapé 1, e Endnotes on History of Amendments: "MAS Notice 626 (Amendment) 2025 with effect from 1 July 2025." ↩
4. MAS Notice 626, par. 6.1; MAS Notice 626, par. 6.2; MAS Notice 626, par. 6.3(a), (b), (d), (f) e (g); MAS Notice 626, par. 6.3(c) e (e); MAS Notice 626, par. 6.4. ↩
5. MAS Notice 626, par. 2.1, definição de "beneficial owner". ↩
6. MAS Notice 626, pars. 8.1–8.2; MAS Notice 626, par. 8.1, definição de "prominent public functions". ↩
7. MAS Notice 626, par. 8.3(a)–(c); MAS Notice 626, par. 8.4. ↩
8. MAS, *Guidelines to MAS Notice 626 on Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism*, 28 de março de 2024, revisadas pela última vez em 1º de julho de 2025, pars. 8-5-5 e 8-5-6; MAS, *Guidelines to MAS Notice 626*, par. 8-5-6: o banco "should not limit its source of funds inquiry to

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

identifying the other FI from which the funds have been transferred, but more importantly, the activity that generated the funds". ↩

9. MAS, *Guidelines to MAS Notice 626*, par. 8-5-7; MAS, *Guidelines to MAS Notice 626*, par. 8-5-7: pressupostos e referências "should not be used to justify or support circumstances or explanations provided by the customer or beneficial owner if there are reasons that cast suspicion on their source of wealth or source of funds"; MAS, *Guidelines to MAS Notice 626*, par. 8-5-7A. ↩
10. Monetary Authority of Singapore, *Guidance on Private Banking Controls*, Information Paper, junho de 2014, pars. 3.13–3.14. ↩
11. MAS Notice 626, pars. 11.4–11.5 (transferências eletrônicas internacionais inferiores ou iguais a S$ 1.500 e superiores a esse valor); MAS Notice 626, par. 11A (transferências de valor inferiores ou iguais a S$ 1.500 e superiores a esse valor); MAS Notice 626, pars. 12.2(b) e 12.3(a)–(b). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.